

FABIANA MARION SPENGLER

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS **— da teoria à prática —**

Resolução nº 125/2010 do CNJ
Resolução nº 174/2016 do CSJT
Resolução nº 271/2018 do CNJ
Resolução nº 290/2019 do CNJ
Provimento nº 67/2018
CPC (Lei nº 13.105/2015)
Lei de Mediação de Conflitos (Lei nº 13.140/2015)

3ª EDIÇÃO
revista e ampliada



livraria //
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2021

Conselho Editorial

André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draiton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Moraes
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Àngel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S761m Spengler, Fabiana Marion.

Mediação de conflitos : da teoria à prática / Fabiana Marion Spengler. 3. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2021.

239 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86017-21-2

1. Mediação (Direito) - Brasil. 2. Administração de conflitos.
3. Processo civil. 4. Administração pública. I. Título.

CDU 347.918(81)

CDD 347.8109

Índice para catálogo sistemático:

1. Mediação (Direito) : Brasil 347.918(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Sumário

Introdução	19
1. A mediação “nua e crua”: conceito, críticas, o mediador, estágios e técnicas	23
1.1. Base conceitual e críticas à mediação.....	23
1.2. Aspectos importantes da mediação	31
1.3. O papel do mediador	34
1.4. Estágios da mediação.....	39
1.5. Principais técnicas de mediação.....	51
1.5.1. O rapport.....	51
1.5.2. A técnica do resumo.....	52
1.5.2.1. Paráfrase.....	54
1.5.3. A arte de perguntar.....	55
1.5.4. Identificação de questões, interesses e sentimentos	58
1.5.5. Validação de sentimentos.....	61
1.5.6. Resolução de questões.....	62
1.5.7. Despolarização do conflito.....	63
1.5.8. Afago.....	63
1.5.9. Silêncio.....	64
1.5.10. Inversão de papéis.....	64
1.5.11. Escuta ativa.....	64
1.5.12. Identificação/ geração de opções (<i>brainstorming</i>).....	66
2. A mediação e a conciliação enquanto políticas públicas de tratamento de conflitos propostas na Resolução 125 do CNJ	69
2.1. A mediação e a conciliação na Resolução 125/2010 do CNJ alterada pela Emenda nº 1/2013 e pela Emenda nº 2/2016 e pela Resolução nº 290/2019 do CNJ.....	69
2.2. Da política pública de tratamento adequado de conflitos de interesse	70
2.3. A diferença entre conciliação e a mediação: um debate necessário.....	76
2.4. Das atribuições do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	80
2.5. Dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.....	82
2.6. Dos conciliadores e mediadores.....	92
2.7. Dos Fóruns de Coordenadores de Núcleos.....	95
2.8. Das Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação	96
2.9. Os dados estatísticos e o portal da conciliação.....	98
2.10. Disposições finais.....	100

2.11. Sobre os anexos da Resolução 125.....	102
2.11.1. Anexo I – Diretrizes Curriculares.....	102
2.11.2. Anexo III – O Código de Ética de conciliadores e mediadores judiciais.....	103
3. A mediação prevista na Resolução 174 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – e as disputas trabalhistas.....	117
3.1. Da política de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito da justiça do trabalho.....	122
3.2. Do incentivo à pacificação social.....	129
3.3. Núcleo permanente de métodos consensuais de solução de disputas.....	130
3.4. Da estrutura e funcionamento dos núcleos permanentes e centros judiciários de métodos consensuais de solução de disputas.....	132
3.5. Da Comissão Nacional de Promoção da Conciliação.....	138
3.6. Do portal da conciliação.....	142
3.7. Das disposições finais.....	142
3.8. Anexo I – cursos de capacitação e aperfeiçoamento.....	143
3.9. Código de ética de conciliadores e mediadores judiciais.....	145
4. Lei 13.105/2015 – Código de Processo Civil brasileiro – CPC – que institui meios consensuais de tratar conflitos.....	147
4.1. A cooperação em prol da autocomposição.....	147
4.2. Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	149
4.3. Dos princípios da conciliação e da mediação.....	151
4.4. Do cadastro nacional de mediadores/conciliadores e das câmaras privadas de mediação e conciliação.....	155
4.5. Da remuneração e dos impedimentos de conciliadores e mediadores.....	158
4.5.1. Resolução 271/2018 do CNJ – que institui parâmetros para remuneração dos mediadores e conciliadores judiciais.....	161
4.6. O procedimento a ser adotado em busca da autocomposição: audiência ou sessão?.....	166
4.7. A mediação nas ações de família.....	170
4.8. A mediação nas ações possessórias coletivas.....	172
5. A mediação e a composição de conflitos dispostas na Lei 13.140/2015: limites e possibilidades.....	177
5.1. O marco legal da mediação.....	177
5.2. A mediação e seus dispositivos.....	180
5.3. Os princípios da mediação e os conflitos a ela direcionados.....	182
5.4. Do mediador: o terceiro no conflito.....	185
5.5. O “como fazer” mediação na Lei 13.140/15.....	189
5.6. E a mediação extrajudicial?.....	194
5.7. E a mediação judicial?.....	196
5.8. Não vamos contar pra ninguém, certo? Da confidencialidade e suas exceções.....	198
5.9. A autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	200

5.10. Dos conflitos envolvendo a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações.....	209
5.11. As disposições finais da Lei 13.140/15.....	214
a) Mediação comunitária.....	214
b) Mediação escolar.....	215
c) Mediação <i>on-line</i>	220
5.12. Provimento nº 67/2018 acerca dos procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil.....	224
5.13. Estratégia nacional integrada para desjudicialização da Previdência Social.....	228
Referências.....	231